RESUMO

Introdução

Nossa incumbência, a dimensão social da globalização, é um assunto complexo e de grande abrangência. Em nossa Comissão estavam representados, em termos gerais, diferentes interlocutores e interesses opostos no mundo real. Co-presidida por dois chefes de estado em exercício, uma mulher e um homem, ela do Norte, ele do Sul, integraram a Comissão membros oriundos de países de diferentes partes do mundo, em diversos níveis de desenvolvimento, e pertencentes a âmbitos bem-diversos: governos, classe política, parlamentos, empresas e companhias multinacionais, organizações de trabalhadores, meios universitários e sociedade civil.

Mesmo assim, graças ao nosso propósito comum, chegamos a acordos compartilhados constantes no presente Relatório. Como documento coletivo, o Relatório difere bastante daquele que cada um de nós havia escrito a título individual, mas a experiência nos tem demonstrado a utilidade e o poder do diálogo como instrumento de mudança. Ouvindo paciente e respeitosamente as diferentes opiniões e interesses, pudemos encontrar um terreno de entendimento.

Estimulou-nos o fato de saber que era urgente serem adotadas medidas para criar um processo de globalização justo e integrador. A única forma de consegui-lo seria mediante acordos entre uma grande diversidade de interlocutores com relação à linha de ação. Estamos convencidos de que nossa experiência pode e deve ser reproduzida numa escala maior, a fim de dar mais espaço ao diálogo que procure chegar a um consenso para atuar.

Uma visão da mudança

O debate público sobre a globalização encontra-se em ponto morto. As opiniões se reduzem às certezas ideológicas de posições conhecidas e se fragmentam em diferentes interesses específicos. Não é firme a vontade de chegar a um consenso. Estancaram-se as negociações internacionais mais importantes e é freqüente não serem respeitados os compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento.

O presente Relatório não oferece soluções miraculosas nem simples, porque não existem. Mas, com ele tenta-se contribuir para pôr fim à atual situação de paralisia, concentrando-se nas preocupações e aspirações das pessoas e nas diferentes maneiras de melhor se aproveitarem as possibilidades que oferece a própria globalização.

Nossa mensagem, ao mesmo tempo crítica e positiva, aspira a mudar o curso atual da globalização. Consideramos que os benefícios da globalização podem chegar a mais pessoas e ser mais bem-distribuídos entre os países e dentro deles, permitindo que muito mais pessoas possam influir em seu curso. Recursos e meios necessários existem. Nossas propostas são ambiciosas, mas viáveis. Estamos certos de que é possível ter um mundo melhor.

Queremos um processo de globalização de forte dimensão social, baseada em valores universais compartilhados e no respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa; uma globalização justa, integradora, dirigida democraticamente e que ofereça oportunidades e benefícios tangíveis a todos os países e a todas as pessoas.

Para isso, solicitamos o seguinte:

- *Enfoque centralizado nas pessoas*. A pedra angular de uma globalização mais justa é a satisfação das demandas de todas as pessoas no que diz respeito a seus direitos, sua identidade cultural e autonomia; trabalho decente e plena capacitação das comunidades locais em que vivem. A igualdade de gênero é indispensável.
- *Estado democrático e eficaz*. O Estado deve ser capaz de administrar sua integração na economia global, bem como proporcionar oportunidades sociais e econômicas, e segurança.

- *Desenvolvimento sustentável*. A busca de uma globalização justa deve sustentar-se

Deveria ser dado papel de protagonista a interlocutores não estatais, especialmente a organizações representativas de pobres.

Dever-se-ia fortalecer a contribuição para a dimensão social da globalização que fazem as empresas, os sindicatos e as organizações da sociedade civil e as redes de conhecimento e promoção.

Os meios de comunicação responsáveis podem desempenhar papel fundamental na hora de facilitar o impulso rumo a uma globalização mais justa e integradora. Uma opinião pública bem-informada acerca das questões que se põem neste Relatório é essencial para respaldar a mudança. Dessa forma, então, as políticas haverão de destacar, no mundo todo, a importância da diversidade dos fluxos de informação e comunicação.

Mobilização para a mudança

Acreditamos que um diálogo de ampla base acerca de nossas recomendações – especialmente sobre questões que não estão sendo tratadas atualmente no programa global – é um primeiro passo fundamental rumo à mobilização para a mudança. É indispensável que esse diálogo comece no âmbito nacional, com a finalidade de assentar as bases para o consenso e a vontade política que se fazem necessários.

Ao mesmo tempo, o sistema multilateral tem de desempenhar papel decisivo na introdução de reformas em escala global. Propomos uma nova ferramenta prática para melhorar a qualidade da coordenação das políticas entre as organizações internacionais no que se refere às questões em que seus mandatos se cruzam e suas políticas interagem. As organizações internacionais competentes deveriam tomar iniciativas de coerência política, focalizando a elaboração de políticas mais equilibradas que permitam atingir uma globalização justa e integradora. O objetivo seria elaborar, de forma progressiva, propostas de política integradas que harmonizem, de forma adequada, as inquietudes de ordem econômica, social e ambiental que se apresentam com relação a questões específicas. A primeira dessas iniciativas deveria abordar a questão do crescimento global, do investimento e da criação de emprego, e nela deveriam participar os organismos competentes das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a OMC e a OIT. Outras esferas prioritárias para iniciativas semelhantes seriam a igualdade de gênero e a emancipação da mulher; a educação; a saúde; a segurança alimentícia e os assentamentos humanos.

As organizações internacionais competentes deveriam organizar, por sua vez, uma série de diálogos sobre a formulação de políticas que envolvessem múltiplos participantes, com a finalidade de continuar examinando e formulando propostas políticas fundamentais, como a criação de um marco multilateral para a circulação de pessoas entre fronteiras, configuração de um marco de desenvolvimento para os IED, fortalecimento da proteção social na economia global e estabelecimento de novas modalidades de prestação de contas para as organizações internacionais.

As Nações Unidas e seus organismos especializados deveriam promover um foro sobre políticas de globalização, com o objetivo de examinar, de forma periódica e sistemática, as repercussões sociais da globalização. As organizações participantes poderiam publicar, de forma periódica, "Relatório sobre o estado da globalização".

Nossas propostas insistem numa participação mais ampla e democrática das pessoas e dos países na elaboração das políticas que os afetem e esperam também, daqueles que têm capacidade e poder de decisão – governos, parlamentos, empresas, sindicatos, sociedade civil e organizações internacionais – que assumam sua responsabilidade comum no que se refere à promoção de uma comunidade global livre, eqüitativa e produtiva.

Este trabalho foi impresso nas oficinas da
Athalaia Gráfica e Editora Ltda., no sistema off-set
com capa em papel off-set 240g/m² e miolo em
papel off-set 90g/m², para o Escritório no Brasil da
Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2004.